

Índios discutem a proposta de asfaltamento da BR-174

O Estado propõe R\$ 1,6 milhão às 14 aldeias pela pavimentação do trecho que passa pela reserva

Audimar Arruda — 09/abr/96

Os Uaimiris-Atroaris pedem R\$ 3,7 milhões para um programa de vigilância e proteção ambiental no trecho da reserva

As lideranças indígenas das 14 aldeias Uaimiri-Atroari vão discutir, a partir de amanhã a proposta do governo do Estado do Amazonas de pagar R\$ 1,6 milhão correspondente à pavimentação dos 55 quilômetros da rodovia BR-174 que passam pela reserva indígena, antes de chegar ao Estado de Roraima. Segundo o gerente do Programa Uaimiri-Atroari, Márcilio de Souza, os índios ainda não sabem da proposta do governo amazense, por isso vão ser consultados e no início da próxima semana a resposta será dada.

Márcilio e Porfírio Carvalho, coordenadores do programa, viajam neste final de semana para a reserva indígena onde vão expor às lideranças a intenção do governo em assumir as despesas com a pavimentação e asfaltamento do trecho entre os quilômetros 210 e 251, onde está localizada a reserva dos Uaimiris.

Quando o asfaltamento da BR-174 foi anunciado, os índios impuseram uma condição aos governos do Amazonas e Roraima: as máquinas só passariam pela reserva se fossem pagos R\$ 3,7 milhões para a implantação de um programa de proteção e vigilância ambiental. O gerente do programa Uaimiri-Atroari fez questão de dizer que essa quantia não é uma indenização, mas uma verba para custear todo o projeto de preservação dos povos indígenas e do meio ambiente, e que já está pronto, faltando apenas sua execução.

Em outubro do ano passado,



A estrada continua interditada por causa dos atoleiros no km 251

a Superintendência do Ibama, a direção da Funai e os governos do Amazonas e Roraima fizeram um acordo prometendo pagar os R\$ 3.700.000,00 exigidos pela nação indígena, "só que até agora nenhuma parcela do dinheiro foi paga", disse Márcilio de Souza.

O projeto de proteção e vigilância ambiental prevê a construção de vários postos de fisca-

lização em toda a extensão da reserva, a fim de evitar a invasão de madeireiros e garimpeiros quando a estrada estiver concluída, além do controle e despoluição dos rios e igarapés. "É uma forma de prevenir e resguardar a vida e os costumes dessa população que quase foi dizimada na época em que a BR-174 foi aberta, na década de 70", explicou Márcilio.

Manutenção não resiste à chuva

O gerente do Programa Uaimiri-Atroari, Márcilio de Souza, disse que o governo não precisa pedir autorização às lideranças indígenas para fazer a manutenção e conservação do trecho da BR-174 que passa por dentro da reserva indígena, visto que esse trabalho vem sendo feito pelo 6º Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), só que é mal-feito, segundo ele, por isso a existência dos atoleiros no período de chuvas. Os índios exigem R\$ 3,7 milhões para que o trecho que passa pela reserva seja pavimentado.

Márcilio de Souza informou que os atoleiros não acontecem no trecho de Roraima porque a manutenção da estrada é feita com picarra (terra misturada com areia e pedra). Ele afirmou que esse trabalho é executado durante o verão.

"Os Uaimiris-Atroaris nunca impediram o 6º BEC de fazer a manutenção da estrada. O problema é que naquele trecho, entre os rios Alalaú e Abonari, o trabalho de recuperação não foi tão eficaz para resistir ao período chuvoso", explicou o gerente do programa.

Mas para realizar o asfaltamento do trecho da reserva Uaimiri-Atroari, o governo do Amazonas terá que esperar pelo resultado das negociações (na semana que vem) ou articular com o governo de Roraima, o Instituto Brasileiro do meio Ambiente e Recursos naturais Renováveis (Ibama) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) para que seja paga a quantia exigida. Se esse impasse não for resolvido, a promessa de campanha e o 'sonho' do governador Amazonino de asfaltar a BR-174 até o final do seu governo, poderão não se concretizar.